



ESTUDO COMPARATIVO DOS PREÇOS DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS

**PORTUGAL VS. ESPANHA, ITÁLIA, FRANÇA E
GRÉCIA**

Abril 2009

ÍNDICE

I. SUMÁRIO EXECUTIVO	3
II. OBJECTIVOS E ÂMBITO	5
III. PRESSUPOSTOS E LIMITAÇÕES	7
IV. METODOLOGIA	10
V. ANÁLISE DO CONTEXTO GLOBAL	16
VI. SÍNTESE DAS CONCLUSÕES DA ANÁLISE DE DADOS AGREGADOS	26
VII. CONCLUSÕES GERAIS	29
VIII. ANÁLISE DAS 5 DCIs COM MAIOR PESO EM VALOR NA VENDA TOTAL DOS GENÉRICOS EM PORTUGAL	32
IX. ANEXOS	38
ANEXO 1 – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	39
ANEXO 2 – CARACTERIZAÇÃO DOS PAÍSES DE REFERÊNCIA	50

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

I. Sumário Executivo

O presente trabalho tem como principal objectivo a elaboração de um **Estudo comparativo dos preços dos medicamentos genéricos** – Portugal vs. Espanha, Itália, França e Grécia para a APOGEN – Associação Portuguesa de Medicamentos Genéricos, adiante designada abreviadamente por APOGEN.

De forma a obter-se uma elevada robustez dos resultados, a análise comparativa foi realizada relativamente às **70 DCIs com maior peso em valor** na venda total de medicamentos genéricos em Portugal.

Estas 70 DCIs representam cerca de **97% do total do mercado de Genéricos** (dados IMS).

Para cada DCI comparticipada foi analisada a respectiva **dosagem/forma farmacêutica com maior volume de vendas em valor** e a **apresentação com maior relevância nos tratamentos dos doentes portugueses**, que em geral corresponde à embalagem de maior dimensão.

A análise comparativa efectuada teve por base o **preço unitário** dos MG comercializados em Portugal e nos 4 países de referência de forma a ultrapassar o problema inerente ao factor dimensão da apresentação.

Os **dados** referentes aos preços dos medicamentos genéricos relativos a Portugal e aos 4 países de referência foram **recolhidos** durante o período de **9 de Fevereiro a 18 de Março de 2009**.

Como **principal conclusão** da análise efectuada resulta que todos os países comparadores apresentam **valores mais elevados** em termos do **preço unitário médio** das moléculas em apreço neste estudo.

Salienta-se o facto do valor obtido para cada um dos países ter em conta as moléculas que são comuns a Portugal e ao respectivo país de referência no que respeita à dosagem.

Para efeitos do presente estudo procuraram seguir-se as **opções** que de um ponto de vista **metodológico** se afiguram com **adequada robustez** à análise pretendida.

Não obstante, é de enfatizar que para o tipo de análise em apreço não existe uma única metodologia possível pelo que a mesma poderá vir a ser afinada caso se identifiquem melhores opções metodológicas.



II. OBJECTIVOS E ÂMBITO

II. Objectivos e Âmbito

Existindo a necessidade de um conhecimento mais aprofundado e tecnicamente sustentado acerca do preço dos medicamentos genéricos (MG) procedeu-se à realização de uma análise independente com vista a efectuar uma comparação dos preços dos MG em Portugal face aos países de referência.

Assim, o objectivo do estudo proposto consiste:

Análise comparativa em termos do preço unitário dos MG comercializados em Portugal e nos 4 países de referência:

- **Espanha**
- **França**
- **Itália**
- **Grécia**

O estudo mencionado compreende nomeadamente:

- 1) Análise comparativa entre as 70 DCIs (Denominação Comum Internacional) com maior peso em valor na venda total dos Medicamentos Genéricos em Portugal e nos 4 países de referência em termos do preço unitário;
- 2) Identificar qual a posição de Portugal em termos do preço unitário dos MG face aos 4 países de referência.

III. PRESSUPOSTOS E LIMITAÇÕES

III. Pressupostos e Limitações

Consideraram-se, nomeadamente, os seguintes pressupostos para a realização do presente trabalho:

- O presente trabalho foi desenvolvido de forma totalmente **independente** e **autónoma** por parte da PremiValor Consulting e representa uma visão externa à APOGEN.
- A análise comparativa em termos do preço unitário dos MG comercializados em Portugal teve como países de referência: **Espanha, Itália, França e Grécia**.
- Para efeitos da realização do estudo solicitámos aos **organismos congéneres do INFARMED** nos 4 países de referência que nos fosse facultada a base de dados em formato original para mais fácil manipulação dos **preços dos medicamentos genéricos comercializados**. Não obstante, até ao momento nenhum dos organismos facultou a base de dados no formato solicitado. Assim, apresenta-se de seguinte as fontes de pesquisa adoptadas para cada país.

As **fontes de pesquisa** utilizadas para efeitos do estudo dos preços dos MG relativas a cada país foram as seguintes:

- **PORTUGAL** (Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde I.P.)
<http://www.INFARMED.pt/>
- **ESPAÑA** (Agência Espanhola do Medicamento)
<http://www.msc.es/profesionales/farmacia/frmNomenclator.jsp>
- **ITÁLIA** (Agência Italiana do Medicamento)
<http://www.agenziafarmaco.it/section8983.html>
- **FRANÇA** (Base de dados da Segurança Social)
http://www.codage.ext.cnamts.fr/codif/bdm_it/index.php?p_site=AMELI
- **GRÉCIA** (Organização Nacional do Medicamento)
<http://www.eof.gr/web/guest/search>

Como referido procurou obter-se as bases de dados em formato original junto das entidades congéneres do INFARMED em formato electrónico. Apesar de solicitado, nenhuma das entidades dos quatro países de referência facultou até à presente data qualquer tipo de ficheiro em formato electrónico, pelo que, para efeitos de comprovação de preços procedeu-se à **impressão** das informações

relativas às moléculas em análise retiradas dos sites anteriormente referidos para os países mencionados.

Outra limitação para efeitos do presente estudo está relacionada com o facto de haver países que não disponibilizam o preço de determinadas moléculas ou apresentam dosagens diferentes das pretendidas.



IV. METODOLOGIA

IV. Metodologia

A metodologia adoptada no presente estudo encontra-se descrita de seguida, abordando-se os países de referência utilizados, a amostra subjacente ao estudo, os preços utilizados para comparação de cada país e as moléculas analisadas.

a. Países de referência

Os países de referência considerados para efeitos do estudo são: **Espanha, Itália, França e Grécia**, tal como definido nos normativos legais nacionais (**Decreto-Lei n.º 65/2007 de 14 de Março**) como países de referência para cálculo dos preços dos medicamentos em geral (**n.º 2 do art. 6.º do mencionado diploma**).

A **formação do preço dos medicamentos genéricos** é determinado como consta do **art. 9.º do Decreto-Lei n.º 65/2007** tendo em conta nomeadamente a comparação com o preço dos medicamentos de marca, cujo cálculo depende da comparação com os preços de venda aos armazenistas (PVA) nos países de referência acima mencionados (art. 6.º do Dec.-Lei n.º 65/2007).

b. Amostra

De forma a obter-se robustez dos resultados, a análise comparativa foi realizada relativamente às 70 DCIs com maior peso em valor na venda total de medicamentos genéricos em Portugal.

Estas 70 DCIs representam cerca de 97% (dados IMS) do total do mercado de Genéricos em Portugal.

Para cada DCI comparticipada foi analisada a respectiva dosagem/forma farmacêutica com maior volume de vendas em valor e a **apresentação com maior relevância nos tratamentos dos doentes portugueses**, que em geral corresponde à embalagem de maior dimensão.

Os **dados** referentes aos preços dos medicamentos genéricos relativos a Portugal e aos 4 países de referência foram **recolhidos** durante o período de **9 de Fevereiro a 18 de Março de 2009** tendo por base os sites anteriormente indicados para cada um dos países integrantes da amostra.

c. Preços utilizados para comparação para cada país

➤ Portugal

De acordo com o artigo 4.º do **Decreto-Lei n.º 270/2002** de 2 de Dezembro, o preço de referência (Pref) para cada grupo homogéneo corresponde ao preço de venda ao público (PVP) do medicamento genérico existente no mercado que integre aquele grupo e que tenha o PVP mais elevado.

Deste modo o **comparador Português** que irá ser utilizado será o **Preço de Venda ao Público do genérico mais caro comercializado** de forma a mimetizar um **preço de referência**, o qual não foi actualizado com a redução dos preços de venda ao público dos medicamentos genéricos nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 1.º da Portaria n.º 1016-A/2008 de 8 de Setembro. A 31 de Dezembro de 2008 foi publicada a Portaria n.º 1551/2008 que altera o artigo 1.º da Portaria n.º 1016-A/2008 na medida em que os preços de referência aprovados e a aprovar não serão actualizados até 15 de Março de 2009, para entrada em vigor no dia 1 de Abril de 2009.

A comparticipação do estado português no preço dos medicamentos realiza-se de acordo com o respectivo escalão ou regime de comparticipação que lhes é aplicável, tendo como base o preço de venda ao público ou o preço de referência em vigor (**art.º 6º do Dec. - Lei n.º 270/2002 de 2 de Dezembro**).

➤ Espanha

Espanha apresenta um sistema de preços de referência em vigor onde o preço de referência corresponde à média aritmética do preço dos três tratamentos diários mais baratos.

O preço de referência é a quantia que o estado em Espanha financia na compra dos medicamentos genéricos incluídos em cada grupo.

Este sistema é universal e, portanto, irá ser utilizado o **Preço de Referência** como o comparador para o estudo.

Fonte: Ley 29/2006, de 26 de Julho

➤ Itália

A Itália apresenta um sistema de preços de referência estabelecido por substância activa e baseado no medicamento mais barato.

O preço suportado pelo utente resulta da diferença entre o preço de referência e o preço do medicamento dispensado no caso deste ser mais caro.

Este sistema é universal e, portanto, irá ser utilizado o **Preço de Referência** como o comparador para o estudo.

Fonte:

EGA – Market review 2006

PPRI – Pharmaceutical Pricing and Reimbursement Information (PPRI – Pharma Profile Italy 2007)

➤ França

A França apresenta um sistema de preços de referência que não é universal na medida que este sistema é apenas aplicável às DCIs que apresentam uma baixa taxa de substituição. Deste modo, este sistema é apenas aplicável a uma percentagem do mercado de genéricos. De forma a ultrapassar esta limitação irá ser utilizado o **Preço de Venda ao Público do genérico mais caro participado** como o comparador para o estudo, tal como em Portugal.

O preço de referência é definido de acordo com a substância activa e resulta da média dos preços dos medicamentos genéricos.

A comparticipação do estado francês no preço dos medicamentos realiza-se de acordo com o respectivo escalão ou regime de comparticipação que lhes é aplicável, tendo em conta o preço do medicamento ou preço de referência se o mesmo existir.

Fonte:

EGA – Market review 2006

PPRI – Pharmaceutical Pricing and Reimbursement Information (PPRI – Pharma Profile France 2007)

➤ Grécia

A Lei n.º 3457/06 estabelece a criação de um sistema de preços de referência para a comparticipação dos medicamentos, no entanto, de acordo com a literatura consultada este sistema ainda não se encontra operacional. Adicionalmente, na base de dados oficial consultada na recolha dos preços não existe informação sobre os preços de referência.

O regime de comparticipação dos medicamentos realiza-se de acordo com escalões de comparticipação fixos e de acordo com a lei n.º 3457/06 todos os medicamentos aos quais foi atribuído preço são comparticipados.

Considerando os pressupostos acima irá ser utilizado como comparador o **Preço de Venda ao Público do genérico mais caro participado**, tal como em Portugal.

Fonte:

EGA – Market review 2006

PPRI – Pharmaceutical Pricing and Reimbursement Information (PPRI – Pharma Profile Greece 2007)

c1. Porquê a análise em formato de Preço de Venda ao Público (PVP)?

Para efeitos de cálculo de preços em Portugal a comparação é efectuada nomeadamente entre os preços de venda aos armazenistas (PVA) acrescido das respectivas margens de comercialização (art. 5.º do Dec.Lei n.º 65/2007). No entanto, os encargos para o utente e para o estado são calculados sobre o preço venda ao público.

Como o objectivo deste estudo é comparar o real preço dos medicamentos ao nível do consumidor, a análise é, portanto, efectuada em termos do Preço Venda ao Público.

c2. Comparação de embalagens de tamanhos diferentes

Os tamanhos de embalagens não são uniformes entre os diversos países. Em Portugal e resultante da aplicação da **Portaria nº 1471/2004, de 21 de Dezembro** os tratamentos crónicos (aos quais se aplicam a grande maioria das DCIs em análise) apresentam tendencialmente dois tamanhos de embalagem, sendo que a maior parte tem tipicamente até 60 unidades e é considerada a embalagem de manutenção do tratamento.

Nos países de referência para cada DCI e respectiva dosagem/forma farmacêutica de análise (ou seja, com maior peso em valor na venda total do mercado de Genéricos em Portugal) irá ser analisada a embalagem de tratamento (maior), pois é a mais representativa da realidade clínica.

Em resultado das diferenças entre países no que respeita à dimensão das embalagens, a análise comparativa entre os países será realizada em termos do **preço unitário dos MG comercializados**, de forma a ser anulado o efeito dimensão e a ser contabilizada de facto a unidade de tratamento.

d. Moléculas analisadas

De forma a obter-se uma elevada robustez dos resultados a análise comparativa em termos do preço unitário foi realizada relativamente às 70 DCIs com maior peso em valor na venda total do mercado de Genéricos em Portugal. As tabelas seguintes indicam as moléculas cujo preço foi estudado bem como a dosagem analisada.

Tabela 1 – Descrição das 70 DCIs (moléculas) analisadas assim como as respectivas dosagens

Nº	DCI	Dosagem	Nº	DCI	Dosagem
1	Sinvastatina	20 mg	37	Lisinopril + Hidroclorotiazida	(20 + 12,5) mg
2	Omeprazol	20 mg	38	Ranitidina	150 mg
3	Lansoprazol	30 mg	39	Glimepirida	4 mg
4	Losartan	100 mg	40	Formoterol	12 µg
5	Pravastatina	20 mg	41	Alfuzosina	10 mg
6	Sertralina	50 mg	42	Ibuprofeno	600 mg
7	Fluoxetina	20 mg	43	Metformina	1000 mg
8	Risperidona	2 mg	44	Glucosamina	1500 mg
9	Ciprofloxacina	500 mg	45	Diclofenac	10 mg/g
10	Amlodipina	10 mg	46	Itraconazol	100 mg
11	Ácido Alendrónico	70 mg	47	Indapamida	1,5 mg
12	Paroxetina	20 mg	48	Isotretinoína	20 mg
13	Venlafaxina	75 mg	49	Cetirizina	10 mg
14	Ramipril	10 mg	50	Lamotrigina	100 mg
15	Finasterida	5 mg	51	Ceftriaxona	1g/3,5ml
16	Amoxicilina + Acido clavulânico	(875+125) mg	52	Levofloxacina	500 mg
17	Alprazolam	0,5 mg	53	Trimetazidina	20 mg
18	Nimesulida	100 mg	54	Lovastatina	20 mg
19	Pantoprazol	40 mg	55	Calcitonina de salmão	200 U.I./dose
20	Azitromicina	500 mg	56	Aciclovir	800 mg
21	Enalapril	20 mg	57	Zolpidem	10 mg
22	Lisinopril	20 mg	58	Atenolol	50 mg
23	Tansulosina	0,4 mg	59	Ropinirol	5 mg
24	Ticlopidina	250 mg	60	Furosemida	40 mg
25	Losartan + Hidroclorotiazida	(50 +12,5) mg	61	Sucralfato	1g/5 ml
26	Fluconazol	150 mg	62	Betahistina	16 mg
27	Gabapentina	300 mg	63	Deflazacorte	30 mg
28	Meloxicam	15 mg	64	Bisoprolol	5 mg
29	Captotril	25 mg	65	Diazepam	5 mg
30	Terbinafina	250 mg	66	Alopurinol	300 mg
31	Mirtazapina	30 mg	67	Triflusal	300 mg
32	Claritromicina	500 mg	68	Cefuroxima	500 mg
33	Carvedilol	25 mg	69	Domperidona	10 mg
34	Topiramato	100 mg	70	Ambroxol	30mg/5 ml
35	Enalapril + Hidroclorotiazida	(20 +12,5) mg	71	Fenofibrato	267 mg
36	Ciclosporina	100 mg			

Nota: A molécula Ambroxol (nº70) foi substituída pela Fenofibrato (nº 71) devido ao facto da primeira não ser sujeita a receita médica, consequentemente não tendo PVP definido em Portugal.

V. ANÁLISE DO CONTEXTO GLOBAL

V. Análise do contexto global

A análise do contexto global foi realizada ao nível do enquadramento macroeconómico, da caracterização dos quatro países de referência, da caracterização do mercado dos medicamentos genéricos assim como as principais acções do Governo em termos legislativos. De forma a não estender o documento e no que se refere ao enquadramento macro-económico apenas se irá efectuar uma síntese remetendo-se para anexo a referida análise completa. Da mesma forma a caracterização dos países de referência encontram-se na íntegra em anexo.

a. Enquadramento macroeconómico

Dentro dos principais indicadores económicos podemos destacar os seguintes: o produto interno bruto (PIB), o consumo privado, o consumo público, o investimento, as exportações, as importações e a taxa de desemprego. De seguida, encontram-se os principais indicadores económicos referentes a 2006, 2007, 2008 e 2009 (Tabela 2).

Tabela 2 – Principais indicadores económicos referentes a 2006, 2007, 2008 e 2009.

Principais Indicadores Económicos				
Taxa de variação em percentagem (salvo indicação em contrário)				
	2006	2007	2008*	2009**
PIB	1,3	1,9	0,0	-1,6
Consumo Privado	1,9	1,6	1,5	0,4
Consumo Público	-1,4	-0,1	0,1	1,0
Investimento	-0,7	3,2	0,2	-2,5
Exportações	8,7	7,5	1,0	-3,8
Importações	5,1	5,6	2,4	-0,9
Saldo Orçamental (% do PIB)	1,3	-2,6	-2,8	-4,1
Inflação (IHPC)	3,1	2,5	2,7	1,0
Dívida Pública (% do PIB)	67,4	64,4	65,6	69,7
Taxa de Desemprego (%)	8,2	7,8	7,7	8,5

Fonte: Comissão Europeia, Banco de Portugal, Eurostat e INE

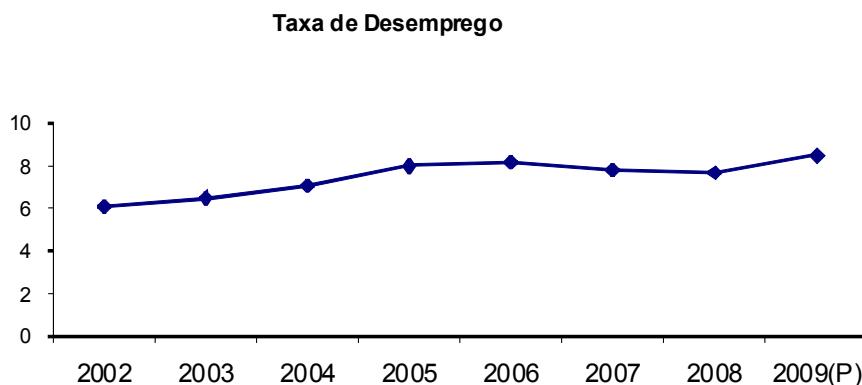
* Dados provisórios

** Previsões para 2009

Os principais resultados registados em 2008 foram os seguintes:

- Variação anual nula do **PIB** (1,9% em 2007 e previsão de crescimento negativo para 2009);
- Taxa de desemprego fixou-se nos 7,7%;
- **Défice orçamental** passou de 2.6% para 2.8% do PIB;
- Subida de 2.5% para 2.7% da **inflação média** (IHPC);
- A **dívida pública** subiu de 64,4 % do PIB para 65,6%.

Como se observa na Tabela 2 em termos de evolução de emprego a taxa média de desemprego, em **2008**, fixou-se perto dos 8% (7,7%), mantendo valores próximos dos anteriores. Para o ano de **2009** é esperada uma subida da taxa de desemprego para os 8,5%, reflectindo os maus resultados previstos para a economia portuguesa (Figura 1).



(P) Previsão; Fonte: INE

Figura 1 – Evolução da taxa de desemprego desde 2002 até à actualidade

Relativamente a 2009 algumas das principais estimativas são as seguintes:

- Quer o Banco de Portugal (BdP), quer a CE reviram muito recentemente em **forte baixa** o crescimento de Portugal para **2009**, prevendo um ritmo de **crescimento negativo do PIB de 0,8 % e 1,6% respectivamente**.
- O Fundo Monetário Internacional (FMI) é a única instituição que, em Janeiro de 2009, previa um muito **ligeiro crescimento** do PIB português de **0,1%**.
- Segundo o BdP, a dívida pública irá sofrer em 2009 um aumento de 65,6% do PIB para 69,7 %.
- As exportações vão sofrer uma quebra na ordem dos 3,8%, acompanhada por uma redução das importações de 0,9%.
- Ao nível do consumo privado, este vai sofrer uma ligeira subida de 0,4%.

Ao nível da União Europeia, como se observa na figura 2, Portugal foi o país que, em 2007, apresentou o 4º mais baixo crescimento económico da UE (1,9%) contra uma média da UE de 3%.

Produto Interno Bruto (PIB) nos Países da União Europeia em 2007 (Taxa de variação real)

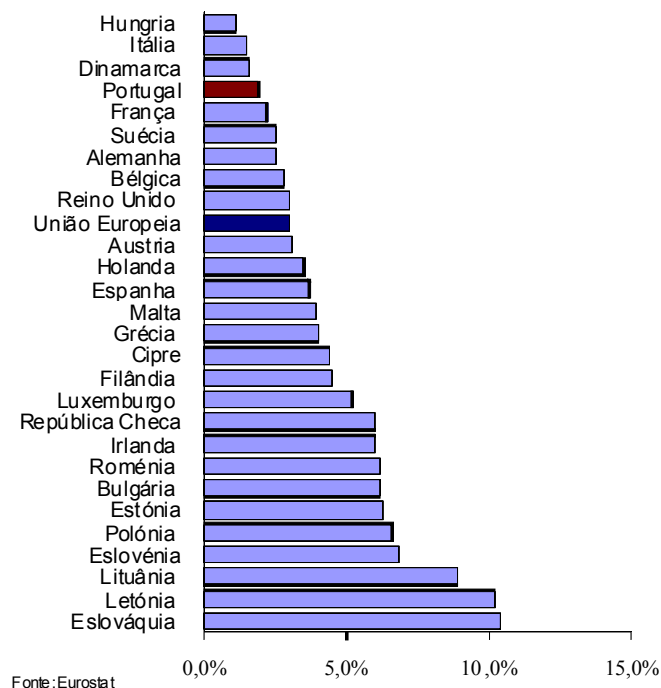


Figura 2 – Produto Interno Bruto (PIB) nos países da união europeia em 2007.

b. O mercado dos medicamentos genéricos

b1. Concorrência global

Tem-se vindo a assistir a um crescimento da concorrência a nível global no sector dos medicamentos genéricos em Portugal, existindo cerca de 65 laboratórios que comercializam pelo menos um produto genérico, dos quais cerca de 30 dedicam a sua actividade exclusivamente a este sector do mercado.

Efectivamente, assistiu-se a um crescimento muito significativo do número de empresas de genéricos num passado recente que teve como principal motor a expansão que o sector atravessava.

Registou-se também um crescimento bastante acentuado da dimensão média das empresas.

Este último aspecto tem como principal consequência um aumento do peso dos encargos fixos o que em alturas de recessão, como a vivida actualmente, provoca uma pressão muito significativa para que as empresas tentem cobrir pelo menos uma parte dos custos fixos.

Após a redução de 30% no preço dos genéricos, previsto na portaria n.º 1016-A/2008 as empresas no global enfrentam dificuldades muito sérias.

Poderá dizer-se que globalmente existe uma tendência ao nível dos governos, nomeadamente dos sistemas nacionais de saúde, para promover e incentivar o uso de medicamentos genéricos.

O mercado dos genéricos encontra-se bastante fragmentando, visto serem muitas as empresas que actuam no mesmo.

b2. Contexto Europeu

A nível europeu, bem como a nível nacional, assiste-se a uma tentativa de dinamizar o mercado dos medicamentos genéricos.

Segundo um estudo efectuado pelo Professor Dr. Steven Simoens, da Universidade de Leuven na Bélgica, conclui-se que a penetração de medicamentos genéricos é mais forte em países onde o sistema de preços de referência é menos rígido como é o caso da Alemanha, Holanda e Reino Unido, em comparação com Portugal, Espanha, França e Itália, onde a regulação de preços é mais forte.

Entre vinte países europeus analisados verifica-se que Portugal está na 11ª posição no que respeita ao consumo de medicamentos genéricos. É na Polónia que se verifica uma maior quota de mercado, em contra-partida é na Irlanda que se verifica uma taxa mais baixa (Figura 3).

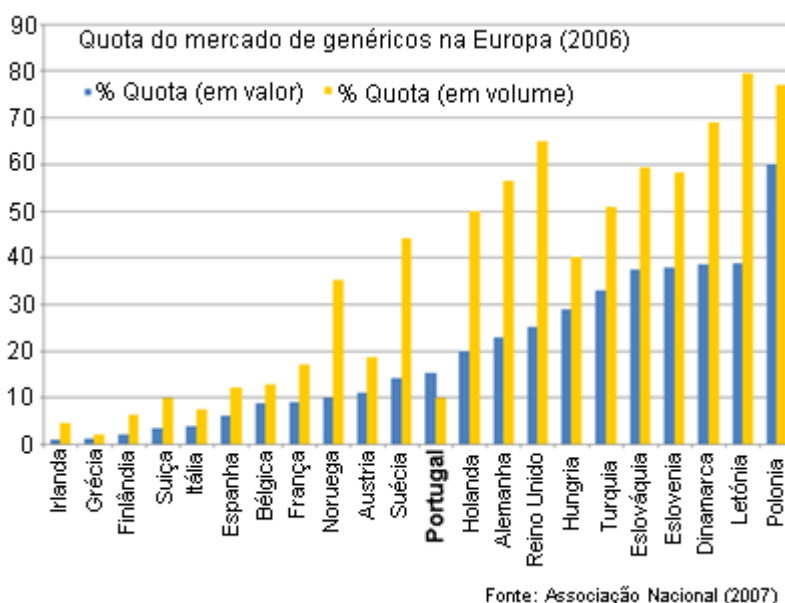


Figura 3 – Quota do mercado de genéricos em valor e em volume na Europa (2006).
Fonte: EGA (2007).

Tipo de Política	Países que adoptaram cada tipo de Política	Pontos Fortes de cada Política	Pontos Fracos de cada Política
Entrada no Mercado			
Processo de Aprovação de preços e reembolsos	Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália, Polónia, Portugal	Mecanismo útil para verificar os preços e reembolsos definidos	Atrasa a entrada no mercado dos medicamentos genéricos e previne que todos tenham as mesmas oportunidades e tenham de seguir as mesmas regras entre os países
Política de Preços			
Preços Livres	Alemanha, Holanda, Reino Unido	Elevados preços dos medicamentos criam condições atractivas à entrada de medicamentos genéricos no mercado. Grandes diferenças de preços entre medicamentos originais e genéricos estimulam a procura de genéricos por parte dos pacientes.	A forte competição a nível de preços poderá por em perigo a sustentabilidade a longo-prazo da indústria de medicamentos genéricos.
Regulação de Preços	Áustria, Bélgica, Espanha, França, Itália, Portugal	Mecanismo que permite conter a despesa pública farmacêutica.	Os preços mais baixos dos medicamentos desencorajam a entrada no mercado dos genéricos. Pequenas diferenças de preço entre medicamentos genéricos e originais restringem a procura de medicamentos genéricos por parte dos pacientes.
Preços de Referência			
Sistema de Preço-Referência	Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda, Itália, Polónia, Portugal	Incentivo financeiro aos clientes para adquirirem medicamentos genéricos cujos preços estão abaixo do preço de referência	Não estimula o uso de medicamentos genéricos se os medicamentos originais reduzirem os seus preços abaixo do preço de referência
*Low reference price	Dinamarca, Itália, Polónia	Estabelece uma diferença de preços clara entre medicamentos originais e genéricos	Força as empresas a fixarem os preços dos medicamentos genéricos próximo dos custos marginais colocando em causa a

			viabilidade económica do negócio
Tipo de Política	Países que adoptaram cada tipo de Política	Pontos Fortes de cada Política	Pontos Fracos de cada Política
Preços de Referência			
*High reference price	Portugal	Facilita a entrada dos medicamentos genéricos no mercado	Pequenas diferenças de preço entre medicamentos genéricos e originais restringem a procura de genéricos por parte dos pacientes.
*Narrow reference groups	Dinamarca, França, Itália, Portugal	Grupos homogéneos de medicamentos	
*Broad reference groups	Alemanha, Holanda	Estimula a competição entre medicamentos que tratam a mesma doença. Reduz o potencial da re-alocação da procura	Grupos de medicamentos heterogéneos com potencial de prescrição de medicamentos menos eficazes de forma a evitar o co-pagamento.
Incentivos para os Médicos			
Orçamentos	Alemanha, Reino Unido	Aumenta a taxa de prescrição de genéricos	Apenas é eficaz em conjunto com sanções por se ter excedido o orçamento. Poderão incentivar a remessa ou a admissão no hospital
Prescrições INN (International Nonproprietary Names)	Dinamarca, Holanda, Portugal, Reino Unido	Aumenta a probabilidade de entrega de medicamentos genéricos pelas farmácias	Depende da atitude dos médicos, da regulamentação e da remuneração dos farmacêuticos.
Incentivos não Financeiros	Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Holanda, Itália, Portugal	Ferramentas que suportam as prescrições pelos médicos com baixos custos	Natureza voluntária dos esquemas com efeito não provado na taxa de prescrição de medicamentos genéricos
Incentivos para os Farmacêuticos			
Margens absolutas dos Farmacêuticos nos medicamentos	Bélgica, França	Os farmacêuticos ganham a mesma margem com os medicamentos genéricos e originais	Aumenta o preço dos genéricos relativamente ao preço dos originais
Incentivos para os doentes			
Co-pagamento dos pacientes	Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Holanda, Polónia, Portugal	Maior co-pagamento nos medicamentos originais estimula a procura por medicamentos	Estímulo enfraquecido se os médicos não têm consciência dos custos ou se o co-

		genéricos	pagamento é coberto por seguros adicionais
Campanha de Informação	Bélgica, Espanha, Itália, Portugal, Reino Unido	Aumenta o conhecimento e procura dos pacientes por genéricos	Pequeno efeito se a campanha é de curta duração e tem pouca exposição

Figura 4 – Diferentes políticas de sistemas de preços adoptadas na Europa. Fonte: Sustaining Generic Medicines Markets in Europe; Prof. Dr. Steven Simoens, Sandra De Coster; Research Centre for Pharmaceutical Care and Pharmaco-economics; April 2006; Univ. De Leuven.

b3. Contexto Nacional

O mercado dos medicamentos genéricos em Portugal ainda está longe de estar consolidado. Segundo um estudo efectuado pelo INFARMED, desde 2003 que o consumo deste tipo de medicamentos tem vindo a aumentar, tendo crescido 22,5% de 2006 para 2007 e de 6,1% de 2007 para 2008 (Fonte: INFARMED - Análise Mensal do Mercado de Medicamentos Genéricos – Dezembro de 2008).

Durante o ano de 2008 foi registado um valor de 622.334.309 € no consumo de medicamentos genéricos enquanto que em 2007 se registou 586.702.495 € (vendas a PVP) (Fonte: INFARMED - Análise Mensal do Mercado de Medicamentos Genéricos – Dezembro de 2008).

Quando em Abril de 2008 ao abrigo da portaria n.º 300-A/2007 mais de 1800 genéricos e 13 substâncias activas baixaram de preço, o INFARMED estimou que a poupança anual seria de cinco milhões de euros aos utentes e de dez milhões ao Serviço Nacional de Saúde (Fonte: Público 1 de Abril de 2008).

Quando em Agosto de 2008 se aprovou em conselho de ministros a descida dos preços dos medicamentos genéricos em 30% a partir de Outubro do mesmo ano estimou-se que a poupança global seria de 47 milhões de Euros até ao final do ano (Fonte: Diário de Notícias 15 de Agosto de 2008 e RTP 1 de Outubro de 2008).

Além disso e segundo o Governo, os encargos para o Serviço Nacional de Saúde iriam sofrer uma redução de 34 milhões de euros. Este valor inclui cerca de 11 milhões de euros de poupança para os utentes. Para o Estado a poupança será à volta de 22 milhões de euros (Fonte: Diário de Notícias 15 de Agosto de 2008 e RTP 1 de Outubro de 2008).

Esta redução irá abranger cerca de 48% dos medicamentos genéricos comercializados em Portugal (Fonte: Diário de Notícias 15 de Agosto de 2008 e RTP 1 de Outubro de 2008).

A política de medicamentos genéricos introduzida no início do século XXI impulsionou o respectivo mercado português. O **valor da quota de mercado** em valor dos medicamentos genéricos passou de **0,13% em 2000** para **17,85%**

em 2007, sendo o valor alcançado em 2008 de **18,56%**. De seguida, observa-se a evolução do mercado dos genéricos (Figura 5).

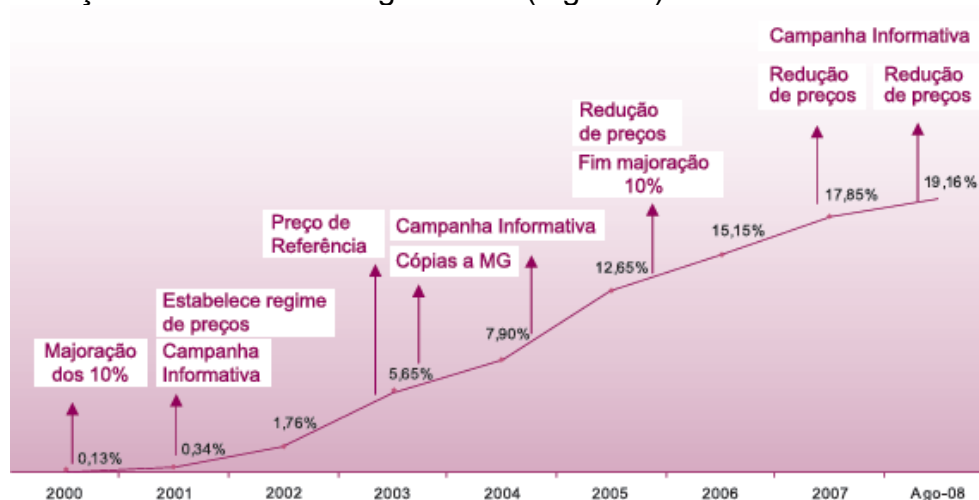


Figura 5 – Evolução do mercado dos medicamentos genéricos desde 2000 assim como a introdução de medidas por parte do governo. Fonte: INFARMED

b4. Acções do Governo

O Governo e a Autoridade Competente tomaram um conjunto de medidas legislativas que de seguida se sistematizam algumas mais relevantes:

1990 – Decreto-Lei n.º 81/90 de 12 de Março: Regulação da produção, autorização de introdução no mercado e distribuição de MG;

2000 – Lei n.º 14/2000 de 8 de Agosto: Prescrição por DCI ou nome genérico para os medicamentos comparticipados pelo SNS;

Decreto-Lei n.º 205/2000 de 1 de Setembro: Majoração de 10% na comparticipação dos genéricos;

2001 – Portaria n.º 577/2001 de 7 de Junho: Novo regime de preços para os genéricos (35% mais barato que o original);

2002 – Decreto-Lei n.º 270/2002 de 2 de Dezembro: Introdução do sistema de preços de referência;

Decreto-Lei n.º 271/2002 de 2 de Dezembro: Introdução da prescrição por DCI (possibilidade de introduzir a marca comercial e/ou nome do titular de AIM);

Portaria n.º 1501/2002 de 12 de Dezembro: Modelo único de receita médica (preenchimento manual ou informático);

2003 – Portaria n.º 914/2003 de 1 de Setembro: Preço dos genéricos deverá ser igual ou inferior ao Preço de Referência;

Decreto-Lei n.º 249/2003 de 11 de Outubro: Passagem de éticos a genéricos;

2004 – Decreto-Lei n.º 81/2004 de 10 de Abril: Revisão dos preços de referência passa a trimestral;

2005 – Portaria n.º 618-A/2005 de 27 de Julho: Redução de 6% dos preços e alteração das margens;

Decreto-Lei n.º 129/2005 de 11 de Agosto: Eliminação da majoração de 10% da comparticipação dos medicamentos genéricos;

2007 – Portaria 30-B/2007 de 5 de Janeiro: Redução em 6% dos preços e alteração das margens;

Decreto-Lei n.º 65/2007 de 14 de Março: Novo regime de formação dos preços;

Portaria n.º 300-A/2007 de 19 de Março: Regulamentação de novo regime para revisão dos preços;

2008 – Portaria n.º 1016-A/2008 de 8 de Setembro: Redução de 30% no preço dos genéricos;

Portaria n.º 1551/2008 de 31 Dezembro: Não actualização dos preços de referência até 15 de Março de 2009.

VII. SÍNTESE DAS CONCLUSÕES DA ANÁLISE AOS DADOS AGREGADOS

VI - Síntese das conclusões da análise aos dados agregados

Apresentam-se de seguida algumas das conclusões que resultaram de uma análise em termos agregados dos preços das moléculas.

Síntese das conclusões – ESPANHA

O cálculo do preço unitário médio em Portugal e França tendo em conta as moléculas em comum (dosagem e apresentação) teve em consideração 55 moléculas, correspondendo a cerca de 89,9% de quota de mercado português

Assim sendo os valores médios de comercialização são:

	Média Preço Unitário Portugal	0,751 €
	Média Preço Unitário Espanha	0,976 €

Daqui resulta que, em média, os medicamentos genéricos analisados apresentam um valor mais elevado em Espanha do que em Portugal.

Esta diferença traduz-se em média em cerca de 0,225 Euros em termos unitários, ou seja, cerca de 23,0%.

Das 55 DCIs (moléculas) analisadas para efeitos comparativos Portugal-Espanha verifica-se que 41 DCIs são mais baratas em Portugal do que em Espanha ou seja cerca de 74,5% do número total analisado.

Síntese das conclusões – ITÁLIA

Em Itália, foram analisadas 43 moléculas que correspondem a cerca de 79,3% do mercado das moléculas dos medicamentos genéricos em Portugal, das quais resultam os seguintes valores médios:

Assim sendo:

	Média Custo unitário Portugal	0,804 €
	Média Custo unitário Itália	0,885 €

Daqui resulta que, em média, os medicamentos genéricos analisados apresentam um valor mais elevado em Itália do que em Portugal.

Esta diferença traduz-se em média em cerca de 0,081 Euros em termos unitários ou seja, cerca de 9,2%.

Das 43 DCIs (moléculas) analisadas para efeitos comparativos Portugal-Itália verifica-se que 28 DCIs são mais baratas em Portugal do que em Itália ou seja cerca de 65,1% do número total analisado.

Síntese das conclusões – FRANÇA

Para o caso concreto de França foram analisadas 48 moléculas que representa cerca de 77,9% da quota de mercado em Portugal.

Tendo em conta que:

	Média Preço unitário Portugal	0,626 €
	Média Preço unitário França	0,778 €

Daqui resulta que, em média, os medicamentos genéricos analisados apresentam um valor mais elevado em França do que em Portugal.

Esta diferença traduz-se em média em cerca de 0,152 Euros em termos unitários, ou seja, cerca de 19,5%.

Das 48 DCIs (moléculas) analisadas para efeitos comparativos Portugal-França verifica-se que 43 DCIs são mais baratas em Portugal do que em França ou seja cerca de 89,6% do número total analisado.

Síntese das conclusões – GRÉCIA

Das 70 moléculas em análise foram consideradas 37 para apuramento das diferenças em termos médios face aos valores praticados em Portugal. Estas 37 moléculas correspondem a cerca de 66,6% do mercado português.

	Média Custo unitário Portugal	0,522 €
	Média Custo unitário Grécia	0,829 €

Daqui resulta que, em média, os medicamentos genéricos analisados apresentam um valor mais elevado na Grécia do que em Portugal.

Esta diferença traduz-se em média em cerca de 0,308 Euros em termos unitários, ou seja, cerca de 37,1%.

Das 37 DCIs (moléculas) analisadas para efeitos comparativos Portugal-Grécia verifica-se que 32 DCIs são mais baratas em Portugal do que na Grécia ou seja cerca de 86,5% do número total analisado.

VIII. CONCLUSÕES GERAIS

VII. Conclusões gerais

O trabalho desenvolvido teve como principal objectivo a comparação do preço dos medicamentos genéricos em Portugal face aos quatro países de referência. Deste modo, as principais conclusões retiradas no presente estudo são as seguintes:

- Todos os países de referência apresentam **valores mais elevados** em termos do **preço unitário médio** das moléculas analisadas neste estudo. Salienta-se o facto do valor obtido para cada um dos países ter em conta as moléculas que são comuns a Portugal e ao respectivo país de referência no que respeita à dosagem.
- O país de referência que apresenta um valor médio mais elevado para o preço das moléculas dos medicamentos genéricos é Espanha. Esta análise teve em conta 55 moléculas representativas de cerca de 89,9% do mercado português.
- Espanha foi também o país que apresentou o maior número de moléculas comparadas e que no caso em apreço representam maior quota de mercado em Portugal.
- Foi na Grécia que se verificou a maior diferença no preço unitário face a Portugal, sendo cerca de 0,308 € mais caro na Grécia. Este país foi aquele que apresentou um menor número de moléculas (37) representando também a menor quota de mercado em Portugal.

Como referido anteriormente o número de moléculas comparáveis entre Portugal e cada país de referência é diferente (Figura 6) o que afecta a respectiva quota de mercado (Figura 7).

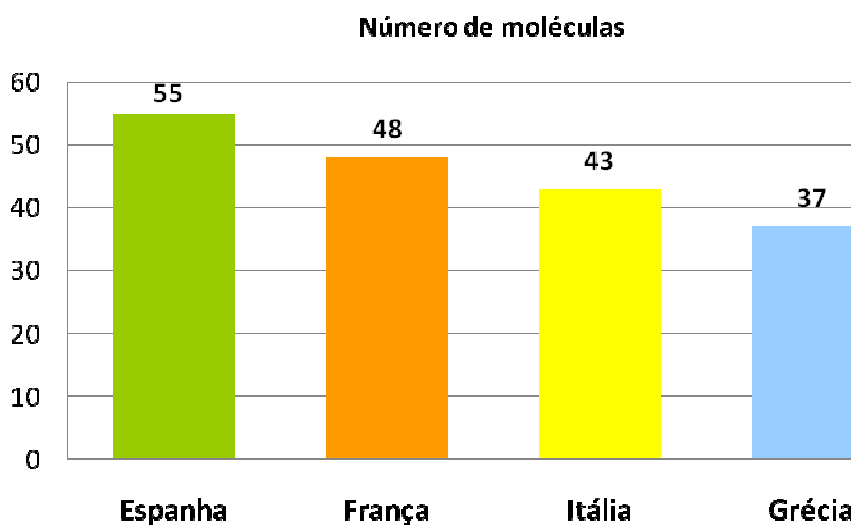


Figura 6 – Número de moléculas comparáveis entre Portugal e cada país de referência.

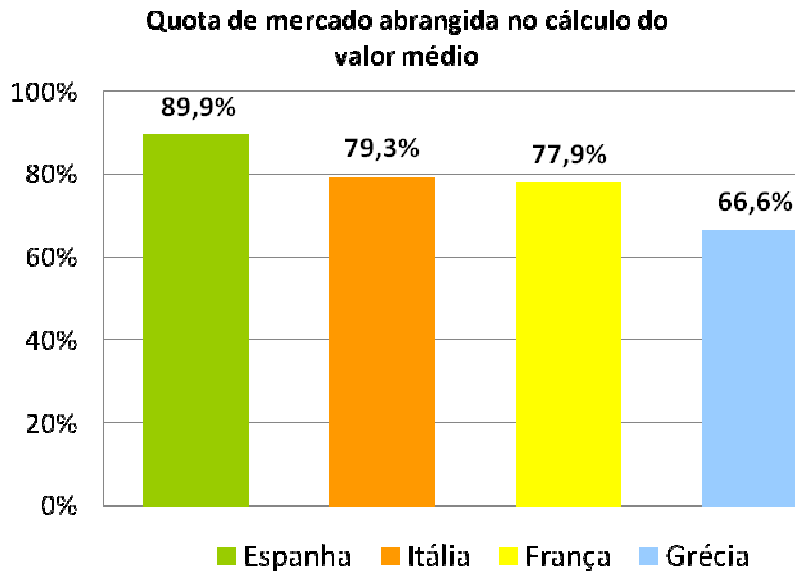


Figura 7 – Quota de mercado português abrangida no cálculo do preço médio entre Portugal e cada país de referência.

Todos os países de referência apresentam valores em termos de preço unitário médio mais elevados das moléculas analisadas comparativamente a Portugal (Figura 8). Foi na Grécia que se verificou a maior diferença no preço unitário médio das moléculas observadas, seguindo-se Espanha, França e por último Itália.

A diferença entre Grécia e Portugal é cerca de 3,8 vezes superior à diferença entre Itália e Portugal.

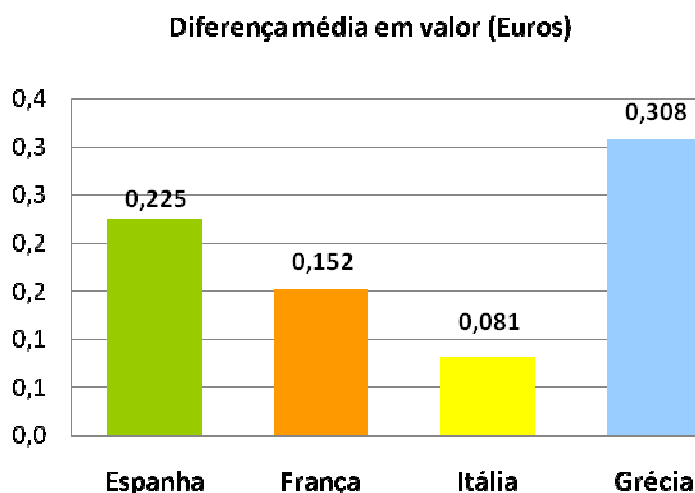


Figura 8 – Diferença do preço unitário médio das moléculas analisadas entre Portugal e cada país de referência.

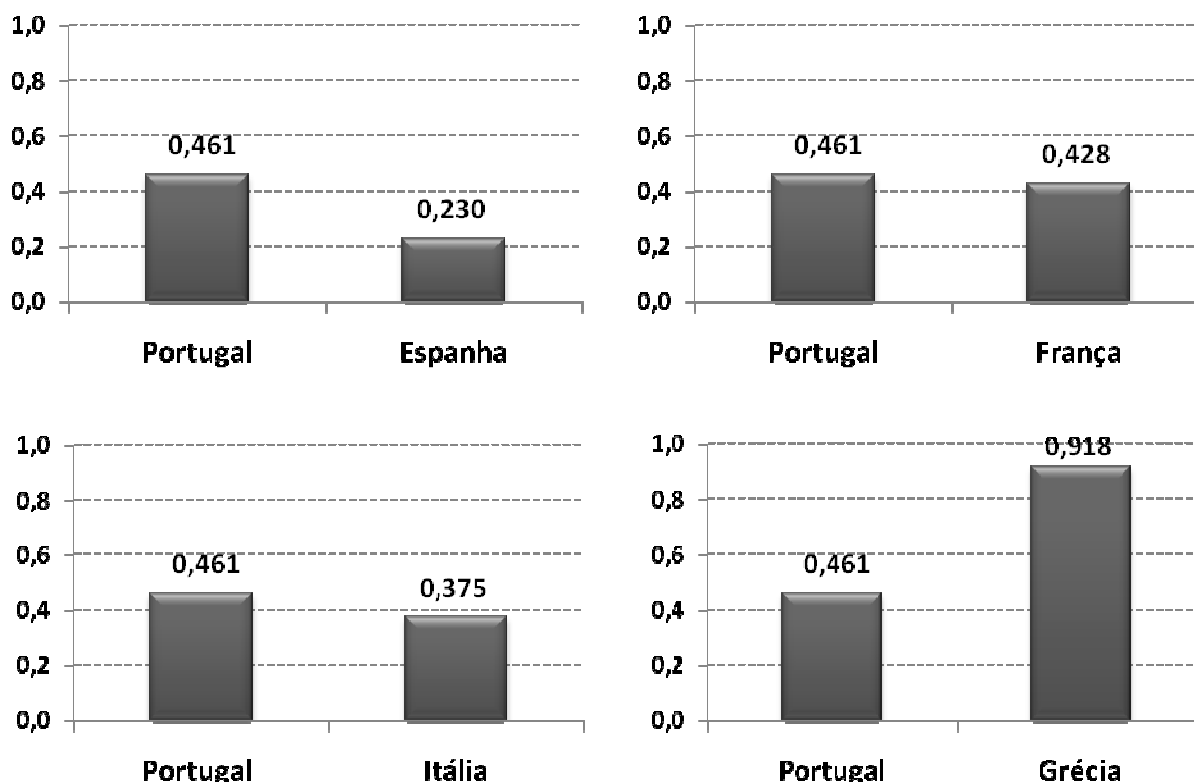
VIII. ANÁLISE DAS 5 DCIs COM MAIOR PESO EM VALOR NA VENDA TOTAL DOS GENÉRICOS

VIII. Análise das 5 DCIs com maior peso em valor na venda total dos genéricos

A análise efectuada até ao momento foi desenvolvida em termos agregados ao nível dos preços das moléculas. De seguida será realizada uma breve descrição das 5 DCIs que representam um maior peso em valor na venda total dos genéricos em Portugal em termos do preço unitário praticado no nosso país e em cada um dos países de referência. As DCIs em análise assim como as respectivas dosagens são as seguintes: sinvastatina 20 mg, omeprazol 20 mg, lansoprazol 20 mg, losartan 100 mg e pravastatina 20 mg.

➤ Sinvastatina – 20 mg

A Sinvastatina pertence ao grupo dos medicamentos dislipidémicos, inibidores da hidroximetilglutaril-coenzima A (HMG-CoA) redutase e representa 15,99% (dados IMS relativos a 2008) da venda total do mercado de Genéricos.



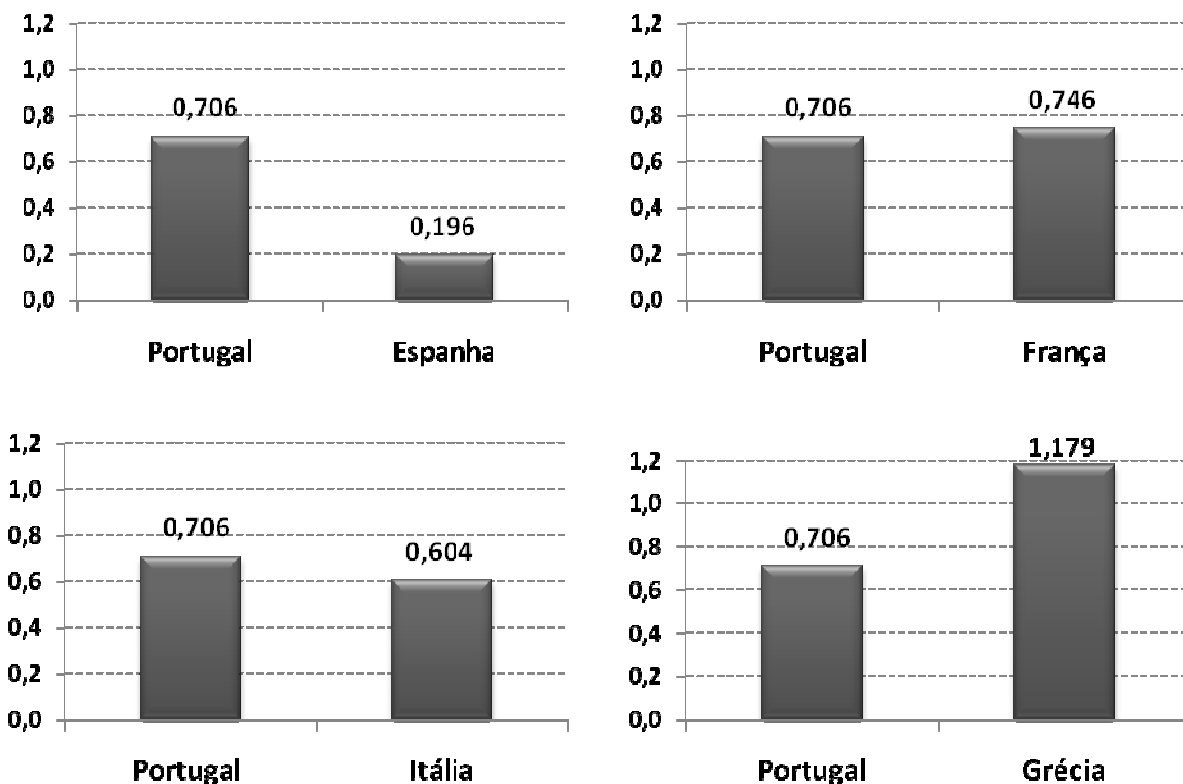
Os preços unitários encontram-se expressos em euros (€)

Figura 9 – Preço unitário da sinvastatina 20 mg para Portugal e para cada país de referência.

Da análise da figura 9 observa-se que o preço unitário da sinvastatina 20 mg apenas na Grécia é superior ao praticado em Portugal. Na Grécia um comprimido de sinvastatina 20 mg custa mais 0,457 € ou seja, em termos percentuais mais 99,1%. Por outro lado, o preço unitário desta molécula praticado na Espanha, França e na Itália é inferior ao praticado em Portugal sendo as diferenças face aos países referidos de 0,231 €, 0,033 e 0,086 € ou seja, em termos percentuais de 50,1%, 7,2% e 18,7%, respectivamente.

➤ **Omeprazol – 20 mg**

O Omeprazol é um medicamento da classe dos inibidores da bomba de prótons, usado como antiulceroso e representa 14,71% (dados IMS relativos a 2008) da venda total do mercado de Genéricos.



Os preços unitários encontram-se expressos em euros (€)

Figura 10 – Preço unitário do omeprazol 20 mg para Portugal e para cada país de referência.

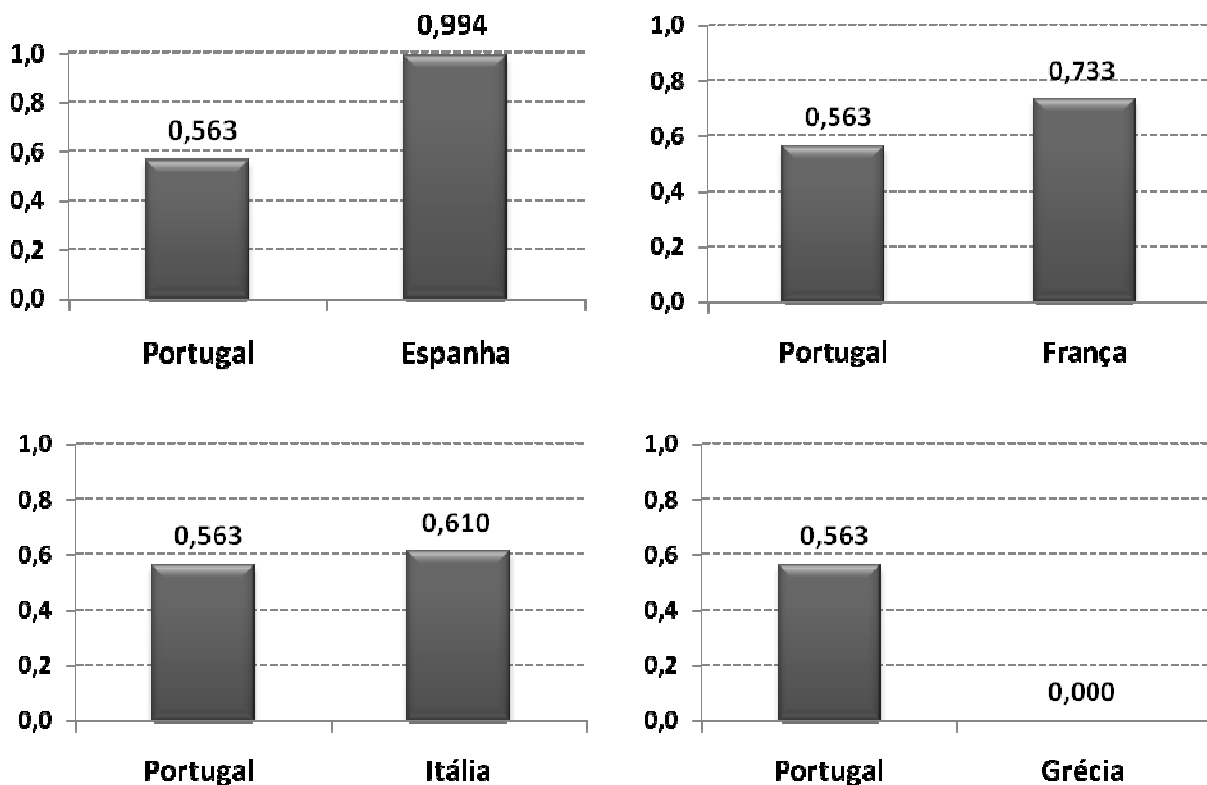
O preço unitário do Omeprazol 20 mg praticado em Portugal é inferior ao praticado na França e na Grécia, sendo as diferenças entre Portugal e estes países comparadores de 0,040 € e 0,473 € ou seja, em termos percentuais de 5,7% e 67,0%, respectivamente.

Por outro lado, o preço unitário desta molécula praticado na Espanha e na Itália é inferior ao praticado em Portugal sendo as diferenças entre os países de

0,510 € e 0,102 € ou seja, em termos percentuais de 72,2% e 14,4%, respectivamente.

➤ **Lansoprazol – 20 mg**

O Lansoprazol pertence ao grupo dos medicamentos designados inibidores da bomba de prótons e representa 4,42% (dados IMS relativos a 2008) da venda total do mercado de Genéricos.



Os preços unitários encontram-se expressos em euros (€)

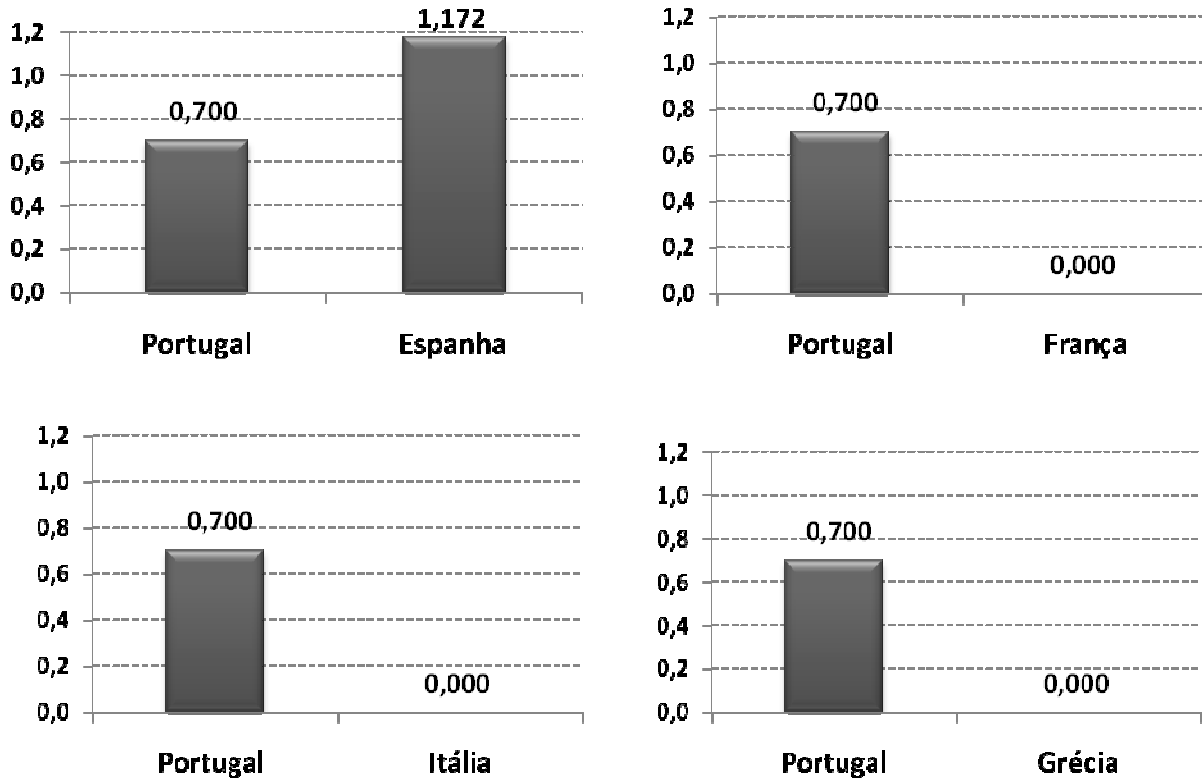
Figura 11 – Preço unitário do lansoprazol 20 mg para Portugal e para cada país de referência. Não foi possível efectuar a comparação entre Portugal e Grécia dado que não existe informação de preço relativamente a este país de referência.

Da análise da figura 11 observa-se que o preço unitário do Lansoprazol 20 mg praticado em Portugal é inferior aos preços nos países de referência que comercializam esta DCI (molécula)/dosagem. As diferenças registadas entre Portugal e Espanha, França e Itália em termos do preço unitário do Lansoprazol 20 mg são respectivamente as seguintes: 0,431 €, 0,170 €, 0,047 € ou seja, em termos percentuais de 55,1%, 30,2% e 8,3%.

Na Grécia não foi possível realizar a comparação dado que não existe informação do preço relativamente a este país.

➤ **Losartan – 100 mg**

O Losartan é um medicamento da classe dos antagonistas dos receptores da angiotensina e representa 3,33% (dados IMS relativos a 2008) da venda total do mercado de Genéricos.



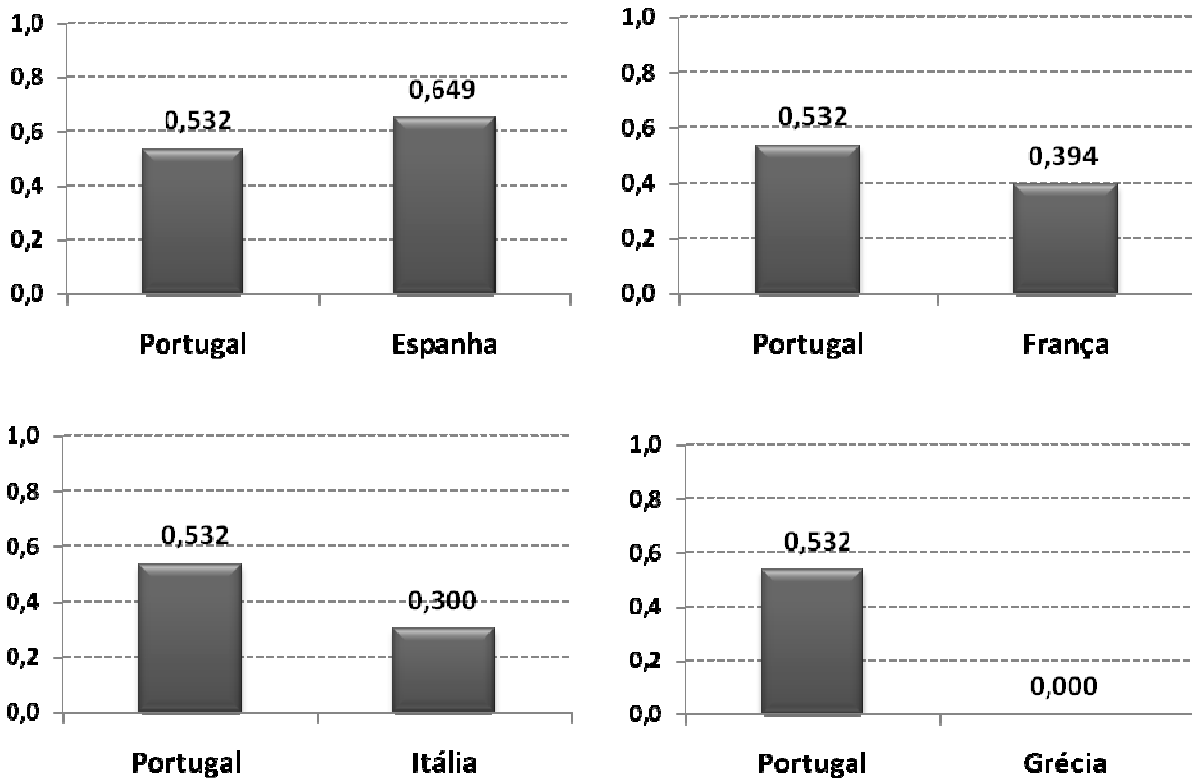
Os preços unitários encontram-se expressos em euros (€)

Figura 12 – Preço unitário do losartan 100 mg para Portugal e para cada país de referência. Não foi possível efectuar a comparação relativamente a França, Itália e Grécia dado que não existe informação de preço nestes países.

Apenas foi possível efectuar a comparação do preço praticado pelo Losartan 100 mg entre Portugal e Espanha. Observou-se que neste país de referência um comprimido de Losartan 100 mg custa mais 0,472€ ou seja, em termos percentuais mais cerca de 67,5%.

➤ **Pravastatina – 20 mg**

A Pravastatina, tal como a Sinvastatina, pertence ao grupo dos medicamentos dislipidémicos, inibidores da hidroximetilglutaril-coenzima A (HMG-CoA) redutase, e representa 3,23% (dados IMS relativos a 2008) da venda total do mercado de Genéricos.



Os preços unitários encontram-se expressos em euros (€)

Figura 13 – Preço unitário da pravastatina 20 mg para Portugal e para cada país de referência. Não foi possível efectuar a comparação entre Portugal e Grécia dado que não existe informação de preço relativamente a este país de referência.

O preço unitário da Pravastatina 20 mg praticado em Portugal é inferior ao praticado em Espanha, sendo a diferença entre os dois países de 0,117 € ou seja, em termos percentuais cerca de 22%.

Por outro lado, o preço unitário desta molécula praticado na França e na Itália é inferior ao praticado em Portugal sendo as diferenças entre Portugal e os referidos países de 0,138 € e 0,232 € ou seja, em termos percentuais de 25,9% e 43,6%, respectivamente.

Na Grécia não foi possível realizar a comparação dado que não existe informação do preço da Pravastatina 20 mg relativamente a este país.



IX. ANEXOS

ANEXO 1 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

IX. ANEXOS

Anexo 1 – Enquadramento macroeconómico

- 1.1 - Principais indicadores macro-económicos
- 1.2 - Actividade económica em 2008
- 1.3 - Comparação Portugal – UE
- 1.4 - Índice de Emprego
- 1.5 - Estimativas económicas para 2009
- 1.6 - Evolução dos preços do Petróleo 2008
- 1.7 - Evolução EUR/USD e EUR/GBP em 2008
- 1.8 - Perspectivas 2009 – Síntese
- 1.9 - Perspectivas 2010

1.1 - Principais indicadores macro-económicos

Tabela 3 – Principais indicadores económicos referentes a 2006, 2007, 2008 e 2009

Principais Indicadores Económicos				
Taxa de variação em percentagem (salvo indicação em contrário)				
	2006	2007	2008*	2009**
PIB	1,3	1,9	0,0	-1,6
Consumo Privado	1,9	1,6	1,5	0,4
Consumo Público	-1,4	-0,1	0,1	1,0
Investimento	-0,7	3,2	0,2	-2,5
Exportações	8,7	7,5	1,0	-3,8
Importações	5,1	5,6	2,4	-0,9
Saldo Orçamental (% do PIB)	1,3	-2,6	-2,8	-4,1
Inflação (IHPC)	3,1	2,5	2,7	1,0
Dívida Pública (% do PIB)	67,4	64,4	65,6	69,7
Taxa de Desemprego (%)	8,2	7,8	7,7	8,5

Fonte: Comissão Europeia, Banco de Portugal, Eurostat e INE

* Dados provisórios

** Previsões para 2009

1.2 Actividade económica em 2008

Principais resultados de 2008

- Variação anual nula do **PIB** (1,9% em 2007 e previsão de crescimento negativo para 2009);
- Taxa de desemprego fixou-se nos 7,7%;
- **Défice orçamental** passou de 2.6% para 2.8% do PIB;
- Subida de 2.5% para 2.7% da **inflação média** (IHPC);
- A **dívida pública** subiu de 64,4 % do PIB para 65,6%.

Variação anual do PIB de 0,3% devido a:

- Abrandamento da taxa de crescimento das exportações para 0,3 % (7,5 em 2007);
- Diminuição das importações para uma taxa de crescimento de 2,3 %;
- Consumo privado manteve-se na ordem dos 1,4%;
- Ligeiro aumento do consumo público para 0,1 (Face aos -0,1% de 2007);

- Diminuição do investimento para -0,8%, provocado pelo clima de incertezas (Face aos 3,2% de 2007).

O comportamento da Taxa Euribor revelou forte instabilidade. De um valor de cerca de 4,6% no início do ano, foi aumentando até atingir máximos acima dos 5% no início de Outubro. Depois de anunciada a crise internacional e a falência de alguns bancos, registou-se uma forte tendência de descida, situando-se nos 2,09% a 31 de Janeiro de 2009 e nos 1,825 em 27 de Fevereiro de 2009.

Taxa Euribor - 3 meses

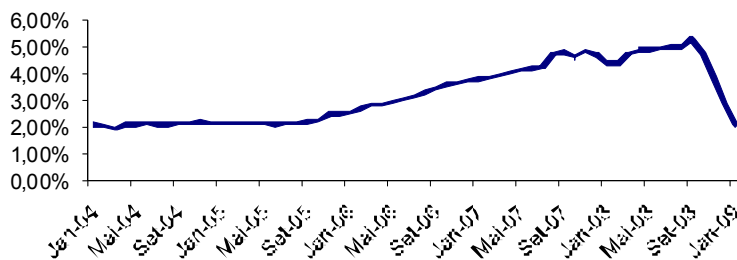


Figura 14 – Evolução da Taxa Euribor a 3 meses desde Janeiro de 2004 a Janeiro de 2009.
Fonte: Banco de Portugal

Este comportamento bastante instável da Taxa Euribor, fruto da crise do *subprime* e da recente volatilidade dos mercados financeiros, poderá ter um impacto positivo no que respeita ao peso dos créditos concedidos pelos bancos aos agentes económicos – empresas e consumidores, diminuindo o esforço financeiro com o pagamento dos créditos.

Índice de Confiança dos Consumidores

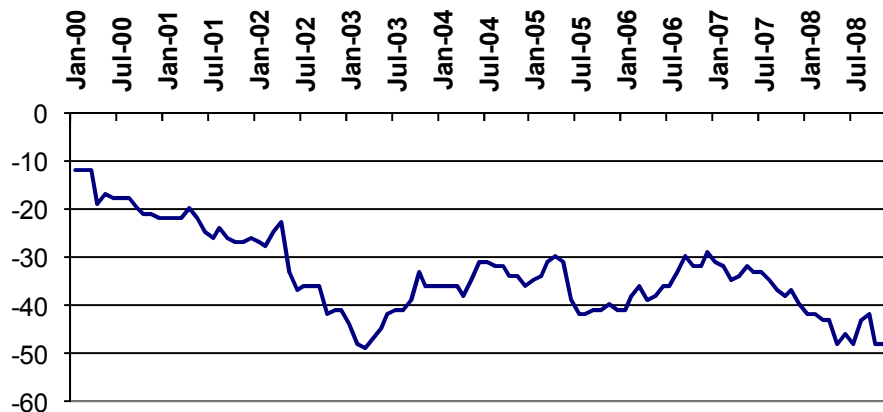


Figura 15 – Evolução do índice de confiança dos consumidores desde Janeiro de 2000 a Julho de 2008. Fonte: Banco de Portugal

O **Índice de Confiança dos Consumidores** portugueses tem registado uma tendência de diminuição desde o início do século. Tendo sofrido durante o ano de 2008 uma forte queda, atingindo os valores mais baixos de sempre no final de 2008.

1.3 - Comparação Portugal – UE

Portugal foi o país que, em 2007, apresentou o **4º mais baixo crescimento económico da UE (1,9%)** contra uma média da UE de 3%.

Produto Interno Bruto (PIB) nos Países da União Europeia em 2007 (Taxa de variação real)

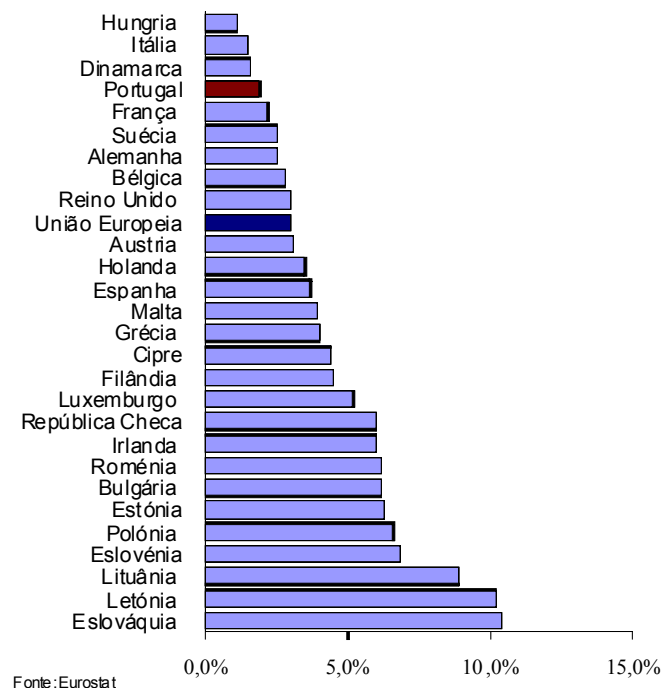


Figura 16 – Produto Interno Bruto (PIB) nos países da união europeia em 2007.
Fonte: Eurostat

Apesar da variação do PIB em Portugal se manter, pelo sexto ano consecutivo, inferior à observada no conjunto da área do euro, **verificou-se um estreitamento deste diferencial em 2007.**

Crescimento do PIB em Portugal e área Euro

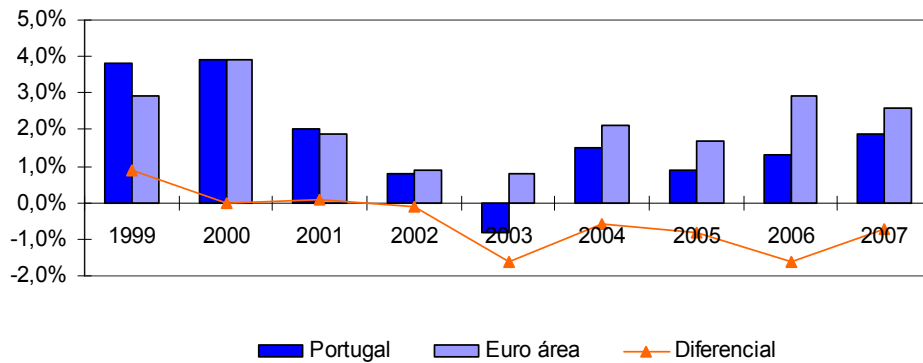
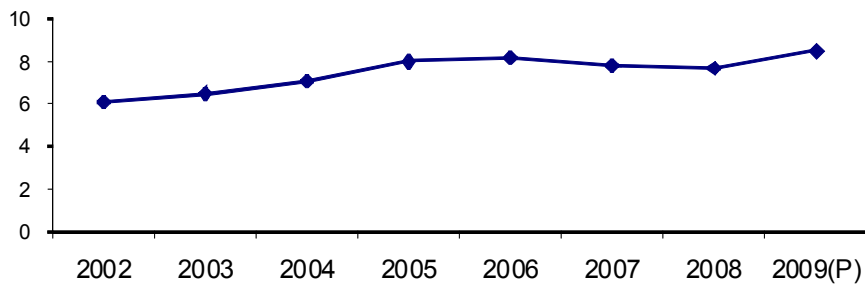


Figura 17 – Crescimento do PIB em Portugal e na área Euro desde 1999 até 2007.
Fonte: Eurostat

1.4 - Índice de Emprego

Em termos de evolução de emprego a taxa média de desemprego, em **2008**, ficou-se perto dos 8% (7,7%), mantendo valores próximos dos anteriores. Para o ano de **2009** é esperada uma subida da taxa de desemprego para os 8,5%, reflectindo os maus resultados previstos para a economia portuguesa.

Taxa de Desemprego



(P) Previsão; Fonte: INE

Figura 18 – Evolução da taxa de desemprego desde 2002 até à actualidade.

1.5 - Estimativas económicas para 2009

Principais estimativas económicas para 2009:

- Quer o Banco de Portugal (BdP), quer a CE reviram muito recentemente em **forte baixa** o crescimento de Portugal para **2009**, prevendo um ritmo de **crescimento negativo do PIB de 0,8 % e 1,6% respectivamente**.
- O **FMI** é a única instituição que, em Janeiro de 2009, previa um muito **ligeiro crescimento** do PIB português de **0,1%**.
- Segundo o BdP, a dívida pública irá sofrer em 2009 um aumento de 65,6% do PIB para 69,7 %.
- As exportações vão sofrer uma quebra na ordem dos 3,8%, acompanhada por uma redução das importações de 0,9%.
- Ao nível do consumo privado, este vai sofrer uma ligeira subida de 0,4%.

Quanto à **inflação média**, as previsões situam-se em 1%, o valor mais baixo da economia nacional nos últimos anos.

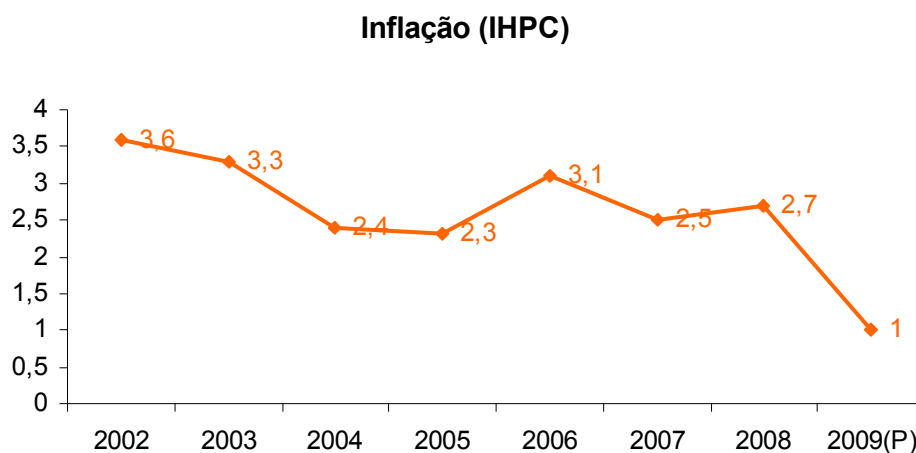


Figura 19 – Evolução da inflação (IHPC) desde 2002 até 2009 (previsão).
Fonte: Banco de Portugal

A inflação baixa é reflexo da retracção económica onde as pressões inflacionistas deixaram de se fazer sentir.

Nalguns sectores de actividade poderá assistir-se inclusive não a inflação, mas sim a um **fenómeno de deflação** (quebra real e/ou nominal dos preços).

A actual **crise com origem nos mercados financeiros** nos Estados Unidos tem vindo a afectar de forma determinante todos os sectores da economia,

gerando um sentimento de incerteza sobre o futuro próximo nos diversos agentes económicos.

A **falta de liquidez bancária**, desconfiança entre bancos e grandes perdas de valor nas bolsas tem condicionado a capacidade de empresas e indivíduos fazerem face aos seus compromissos ao mesmo tempo que dificultam a obtenção de novos empréstimos bancários.

PSI-20

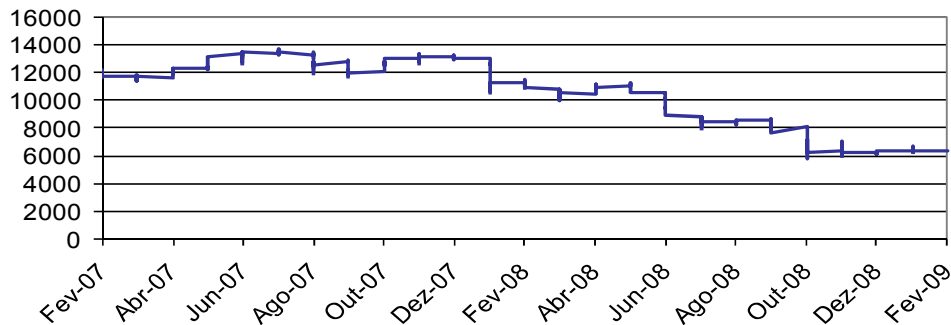


Figura 19 – Evolução do PSI-20 desde Fevereiro de 2007 até Fevereiro de 2009.

1.6 - Evolução dos preços do Petróleo 2008

Depois de atingir máximos históricos em Julho de 2008, o preço do petróleo tem vindo a baixar muito significativamente e de forma muito rápida.

Evolução Anual do Preço do Crude

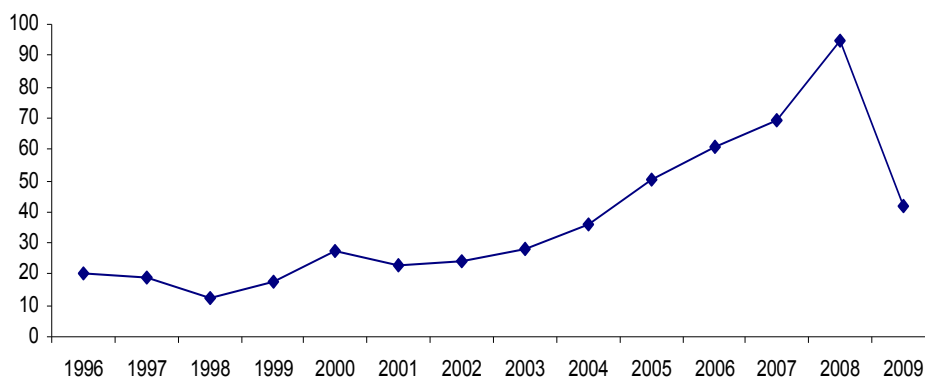


Figura 20 – Evolução anual do preço do crude desde 1996 até 2009.
Fonte: OPEP

Evolução mensal do Preço do crude

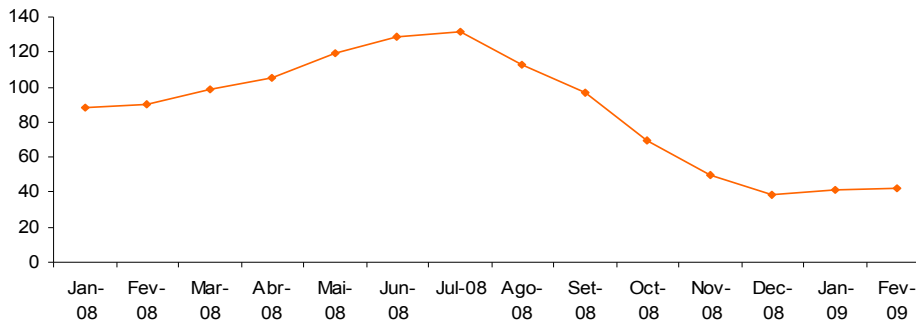
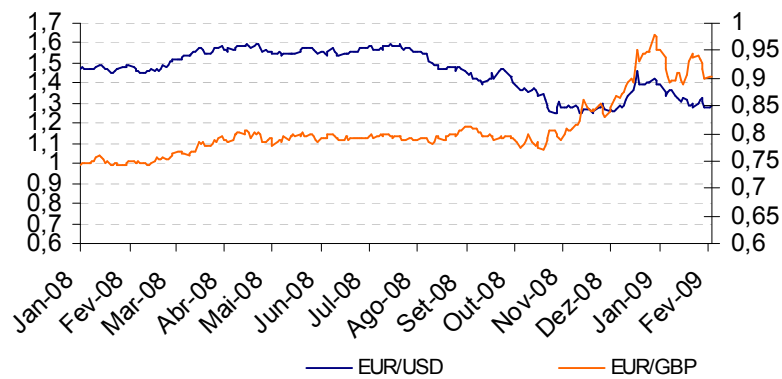


Figura 21 – Evolução mensal do preço do crude desde Janeiro de 2008 até Fevereiro de 2009.
Fonte: OPEP

1.7 - Evolução EUR/USD e EUR/GBP em 2008

Taxas de Câmbio



Taxas de Câmbio

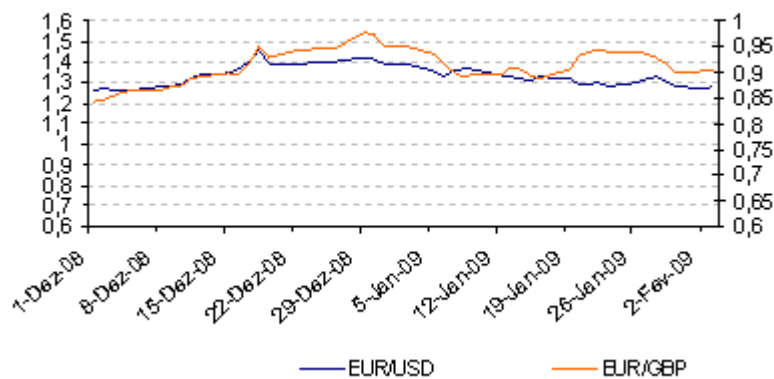


Figura 22 – Evolução das taxas de câmbio.
Fonte: Banco de Portugal

Depois do dólar ter registado um mínimo face ao euro de 1.60 dólares, a sua cotação tem vindo a recuperar ligeiramente situando-se no início de 2009 na ordem dos 1,30, e tendo já registado valores abaixo de 1,26. A Libra vem a perder valor face ao Euro, tendo atingido o valor mais alto em Dezembro de 2008 e estando actualmente valorizada em redor de 0,90 Euros.

1.8 - Perspectivas 2009 – Síntese

Relativamente a 2009 o principal factor a assinalar prende-se com o abrandamento da actividade económica e incertezas quanto à evolução dos mercados. Reflectindo-se em crescimentos negativos, diminuição de investimentos e baixa nos consumos.

A grande **instabilidade financeira** tem tido como consequência a incerteza quanto ao valor dos activos e valorizações bolsistas.

A taxa de juro Euribor tem tido uma descida muito significativo, esperando-se que durante 2009 esta **descida se mantenha**. A redução da mesma deve-se às **medidas de carácter macroeconómico** que têm vindo a ser tomadas, quer por parte dos governos, quer dos bancos centrais.

Não obstante as taxas de juro estarem neste momento a reduzir, os **spreads** praticados pela banca têm vindo a **aumentar significativamente**, devido às incertezas e dificuldades que o sector bancário atravessa.

Assiste-se a um aumento da **dificuldade no acesso ao crédito** em face da revisão dos níveis de *rating* (risco) que os bancos estão a operar para as empresas dos diferentes sectores de actividade.

A título de exemplo refira-se que neste momento no mercado do **Project Finance** estão a praticar-se **spreads** de **300 pontos base** o que tem como consequência que alguns projectos deixem de apresentar um VAL positivo e como tal tenham que deixar de se fazer visto não serem economicamente viáveis, fazendo diminuir o investimento, e com isto também o crescimento económico.

A consequência deste facto é paralelamente uma **redução das TIR accionistas** dos projectos de investimento.

1.9 - Perspectivas 2010

As últimas previsões da **Comissão Europeia** previam um **crescimento negativo do PIB de 0,2% em 2010** para Portugal. Esta retracção económica seria menor que a prevista para 2009, devido à expectativa de melhoria da situação externa, levando a uma **melhoria das exportação**.

Apesar da ligeira melhoria, esta ainda não será verificada no emprego. Com efeito as previsões indicam uma **taxa de desemprego para 2010 de 9,1%**, pior que os 8,8% que a CE prevê para 2009.

A balança comercial vai continuar a ser negativa em 9,4% do PIB de acordo com as previsões para 2009. Enquanto que a previsão para a **balança de conta corrente** é de 10,2% do PIB, contra os 9,7% previstos para 2009.

O **défi ce orçamental** deve diminuir ligeiramente em relação a 2009 para os 4,4%, devido à redução da despesa pública.

Assumindo que não há alterações de política orçamental, a CE prevê um défi ce orçamental de 3.3% do PIB em 2010, acima do limite de 3% previsto no Pacto de Estabilidade e Crescimento.

ANEXO 2 - CARACTERIZAÇÃO DOS PAÍSES DE REFERÊNCIA

Anexo 2 – Caracterização dos países de referência

a. Enquadramento Macroeconómico da ESPANHA

De seguida, encontram-se algumas características relativas à Espanha:

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1986
- **Sistema político:** Monarquia constitucional
- **Capital:** Madrid
- **Superfície total:** 504.782 km²
- **População:** 45,3 milhões de habitantes
- **Moeda:** euro
- **Língua oficial da UE falada no país:** espanhol
- **PIB nominal (2007):** 1.438.959 (milhões USD)
- **Paridade do Poder de Compra:** 106
- **Salário Mínimo Nacional:** 600 Euros

Fonte: Fundo Monetário Internacional

A taxa de desemprego apurada para o ano de 2008 em Espanha foi de 11,3%, no entanto, em Dezembro do mesmo ano a taxa atingiu os 14,4%.

Tabela 4 – Taxa de desemprego registada na Espanha em 2006, 2007 e 2008 (Fonte: OCDE)

Taxa de Desemprego (valor percentual)													
	2006	2007	2008	2008				2008					
				Q1	Q2	Q3	Q4	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Espanha	8.5	8.3	11.3	9.3	10.6	11.8	13.7	11.3	11.7	12.3	13.1	13.7	14.4

Relativamente à taxa de inflação no ano de 2008 registou-se o valor mais baixo dos anos apresentados, cerca de 2,40%, registando uma diminuição de 31,43% face ao ano 2007.



Figura 23 – Taxa de inflação (preços ao consumidor) desde 2003 até 2008.

Fonte: CIA world factbook

b. Enquadramento Macroeconómico da ITÁLIA

De seguida, encontram-se algumas características relativas à Itália:

- **Ano de adesão à União Europeia:** Membro fundador
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Roma
- **Superfície total:** 301 263 km²
- **População:** 57,3 milhões de habitantes
- **Moeda:** euro
- **Língua oficial da UE falada no país:** italiano
- **PIB nominal (2007):** 2.104.666 (milhões USD)
- **Paridade do Poder de Compra:** 101
- **Salário Mínimo:** Acordado com os sindicatos

Fonte: Fundo Monetário Internacional

A OCDE não disponibiliza informação relativa à taxa de desemprego de Itália, no entanto, segundo a CIA World Factbook foi de 6,8% para o ano de 2008.

Tabela 5 – Taxa de desemprego registada na Itália em 2006, 2007 e 2008 (Fonte: OCDE)

Taxa de Desemprego (valor percentual)													
	2006	2007	2008	2008				2008					
				Q1	Q2	Q3	Q4	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Itália	6,8	6,1		6,7	6,8	6,7		6,7	6,7	6,7			

Relativamente à taxa de inflação no ano 2008 registou-se cerca de 1,7%, tendo assim diminuído face aos 2,3% referentes a 2007.

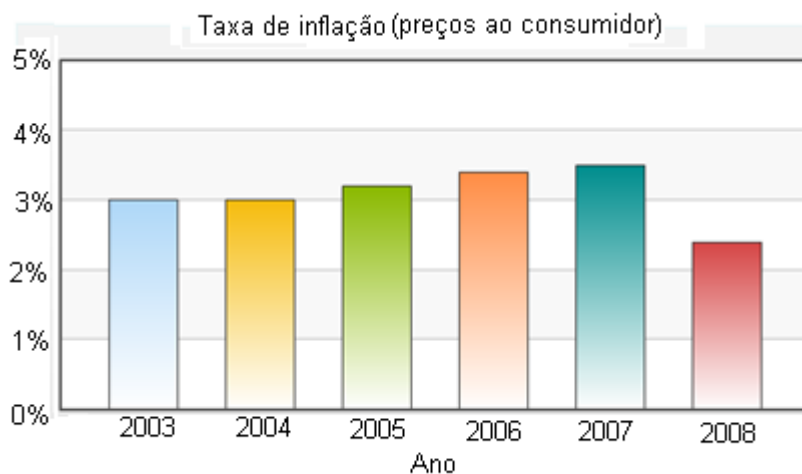


Figura 24 – Taxa de inflação (preços ao consumidor) desde 2003 até 2008.
Fonte: CIA world factbook

c. Enquadramento Macroeconómico da FRANÇA

De seguida, encontram-se algumas características relativas à França:

- **Ano de adesão à União Europeia:** Membro fundador
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Paris
- **Superfície total:** 550 000 km²
- **População:** 63,7 milhões de habitantes
- **Moeda:** euro
- **Língua oficial da UE falada no país:** Francês
- **PIB nominal (2007):** 2.560.255 (milhões USD)*
- **Paridade do Poder de Compra:** 109
- **Salário Mínimo:** 1.321 Euros

Fonte: Fundo Monetário Internacional

Em França a taxa de desemprego registada em 2008 foi de 7,8%, registando uma melhoria de 0,5% face ao ano anterior.

Tabela 6 – Taxa de desemprego registada na França em 2006, 2007 e 2008 (Fonte: OCDE)

Taxa de Desemprego (valor percentual)													
	2006	2007	2008	2008				2008					
				Q1	Q2	Q3	Q4	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
França	9.2	8.3	7.8	7.6	7.7	7.7	8.0	7.7	7.7	7.8	7.9	8.0	8.1

Em 2007 e 2008 a taxa de inflação manteve-se constante, situando-se nos 1,5%. Foi no ano 2005 que se verificou a maior taxa de inflação dos últimos 6 anos (2,30%).

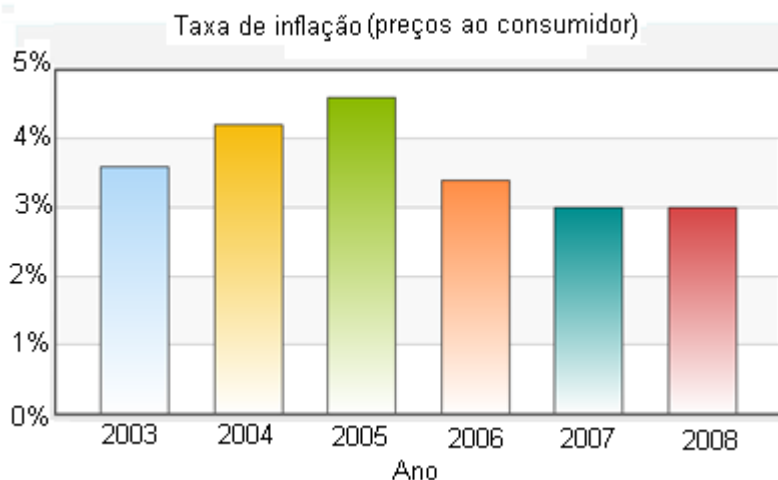


Figura 25 – Taxa de inflação (preços ao consumidor) desde 2003 até 2008.

Fonte: CIA world factbook

d. Enquadramento Macroeconómico da GRÉCIA

De seguida, encontram-se algumas características relativas à Grécia:

- **Ano de adesão à União Europeia:** 1981
- **Sistema político:** República
- **Capital:** Atenas
- **Superfície:** 131 957 km²
- **População:** 11 milhões de habitantes
- **Moeda:** euro
- **Língua oficial da UE falada no país:** Grego
- **PIB nominal (2007):** 314.615 (milhões USD)
- **Paridade do Poder de Compra:** 95
- **Salário Mínimo:** 701 Euros

Fonte: Fundo Monetário Internacional

A taxa de desemprego no terceiro trimestre de 2008 na Grécia foi de 7.5%, igualando a taxa registada no segundo semestre. Tendo em conta os dados dos primeiros 3 trimestres de 2008 verifica-se que são inferiores às taxas registadas em 2006 e 2007.

Tabela 7 – Taxa de desemprego registada na Grécia em 2006, 2007 e 2008 (Fonte: OCDE)

Taxa de Desemprego (valor percentual)													
	2006	2007	2008	2008				2008					
				Q1	Q2	Q3	Q4	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Grécia	8.8	8.3		7.8	7.5	7.5		7.5	7.5	7.5			

Relativamente à taxa de inflação no ano de 2008 foi de 2,60%, tendo sido 3,30% no ano de 2007. Desde o ano de 2006 que se tem verificado uma diminuição na taxa de inflação.

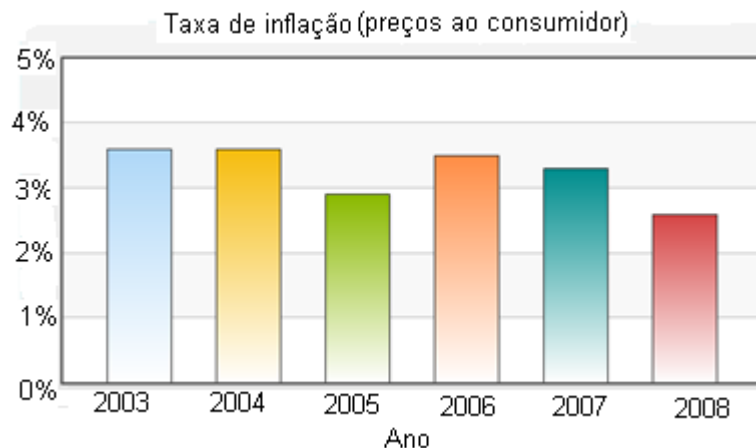


Figura 26 – Taxa de inflação (preços ao consumidor) desde 2003 até 2008.

Fonte: CIA world factbook

PremiValor Consulting

Lisboa, Abril 2009